



EMPRESAS ESTÃO DESCUMPRINDO A LEI E A CONVENÇÃO COLETIVA, AFIRMA MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



Deputado e diretor da CNTV, Chico Vigilante com trabalhadores

Em audiência de conciliação realizada na tarde dessa segunda-feira (23), o Ministério Público do Trabalho se posicionou em favor dos vigilantes que prestam serviço nos órgãos da Secretaria de Saúde.

Para a procuradora do Trabalho no Distrito Federal, Daniela Marques, as empresas estão descumprindo a lei e

a convenção coletiva de trabalho que serviram como base para o edital de licitação dos serviços de segurança privada.

“Estamos saindo do Ministério Público revigorados e animados. Era exatamente isso o que a gente esperava do MPT-DF”, disse o deputado Chico Vigilante na saída da audiência que lotou o auditório do

órgão com a presença de vários vigilantes e de representantes do Sindesv e das empresas envolvidas.

A procuradora Daniela Marques declarou que o fato denunciado demonstra nítido descumprimento da cláusula da convenção coletiva de trabalho. Para a procuradora, o Sindesv deve impetrar ação judicial para que o cumprimento desta cláusula seja obedecido.

O Sindesv se comprometeu a ajuizar o mais rapidamente possível, a ação de cumprimento como forma de regularizar a situação. A procuradora concedeu prazo de 15 dias para que o Sindesv apresente cópia da petição inicial.

Para o presidente do Sindicato dos Vigilantes, Paulo Quadros, o posicionamento do Ministério Público do Trabalho era esperado. “Depois desse posicionamento, os patrões vão refletir melhor e espero que até amanhã eles tomem uma solução para resolver esse

problema”, disse.

Durante a realização da audiência, ficou evidente a posição intransigente da empresa Ipanema. A própria procuradora asseverou diversas oportunidades que a empresa está descumprindo a convenção coletiva e o edital tanto nos casos em que foi derrotada, quanto nos lotes em que se sagrou vencedora.

“Agora a situação ficou clara. Estamos garantidos pela Lei. Quem está descumprindo a lei são os patrões”, comentou Chico Vigilante.

Representação no Tribunal de Contas

Amanhã, terça-feira, o Tribunal de Contas do Distrito Federal deve julgar a representação movida pelo deputado Chico Vigilante e pelo Sindesv que solicita a suspensão dos contratos enquanto a lei e o edital não forem cumpridos pelas empresas e pela Secretaria de Saúde.

Fonte: Chico Vigilante

SEESVIT solicita audiência de esclarecimento no MPT

O SEESVIT, Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes de Itaguaí e Seropédica, impetrou ofício no Ministério Público do Trabalho reivindicando uma audiência de esclarecimento.

No documento entregue, a direção do sindicato exige da empresa Quality Security explicações acerca da falta de repasses.

De acordo com a presidenta do SEESVIT, Vania Oliveira, há onzes anos a empresa não repassa contribuição sindical e,

além disso, não paga com regularidade os valores dos salários, vale-transporte e vale- alimentação, bem como o FGTS e recolhimento do INSS.

“É inadmissível esta situação. A empresa alega que não tem condições de efetuar esses pagamentos. Continuaremos na luta para evitar que os trabalhadores sejam prejudicados”, concluiu.

Fonte: CNTV

Sindisegurv na luta em defesa dos vigilantes de Rio Verde



Presidente do Sindisegurv, Kenio da Silva , com trabalhadores vigilantes durante evento

Após parceria entre o Sindicato dos Vigilantes de Rio Verde (Sindisegurv) com a Procuradoria do Trabalho do Município, a diretoria aguerrida do sindicato segue firme na luta.

Com muita dedicação e trabalho, os sindicalistas têm efetuado fiscalização em diversos eventos realizados na cidade.

O objetivo dessas visitas é supervisionar acerca do cumprimento de portaria do Ministério do Trabalho. A medida prevê o fornecimento de água, lanche e intervalo aos trabalhadores.

De acordo com o presidente do Sindisegurv, Kenio da Silva Menezes, para garantir que a portaria seja respeitada

pelos patrões, um amplo trabalho vem sendo feito.

“Nós, da diretoria do sindicato dos vigilantes de Rio Verde, intensificaremos ainda mais essas visitas. É fundamental acompanharmos de perto e fiscalizarmos os locais de trabalho. Assim, evitamos que nossa categoria seja desrespeitada ou sofra com retrocessos. Os vigilantes são fundamentais e, por isso, precisam de condições adequadas para exercerem suas funções com competência e, principalmente, com dignidade”, esclarece.

Fonte: CNTV

Sindvig-MA realiza assembleia sobre reforma Trabalhista



A assembleia reuniu dezenas de trabalhadores

No último sábado (21), os vigilantes do estado do Maranhão participaram de assembleia geral. No encontro, trabalhadores e a diretoria do Sindvig-MA discutiram e traçaram estratégias de luta contra as nocivas reformas previdenciária e trabalhista, que afetam diretamente a toda população brasileira. De acordo com a coordenação do sindicato, neste momento de retiradas e retrocessos que o país enfrenta, é fundamental a luta e, principalmente, a informação sobre essas medidas. Só assim, os trabalhadores e trabalhadoras ganham ainda mais bagagem para barrar os ataques.

Sobre as reformas

A proposta foi apresentada pelo governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) em dezembro de 2016 Projeto de Lei (PL), que propunha alterar os direitos trabalhistas e sindicais. Amplia o contrato de trabalho em tempo parcial: Altera as regras atuais de até 25 horas semanais, para até

30 horas semanais, sem a possibilidade de horas semanais suplementares. Em contratos de até 26 horas semanais poderão ser realizadas horas extras de até 6 horas.

Problema: essa modalidade impõe aos trabalhadores/as uma “subutilização da força de trabalho”, muitas vezes, imposta pelas condições sociais e culturais (como dito pelo ministro “uma opção de trabalho para as mulheres”), e que resulta em rendimentos inferiores.

Esse contrato, somado aos outros tipos de contratos/jornadas previstos, pode significar um fatiamento dos trabalhadores/as em diversos tipos de regime, se adequando exclusivamente às necessidades das empresas.

Além disso, a reforma propões diversos outros pontos que prejudicam toda a classe trabalhadora.

Fonte: CNTV

Polícia apreende armas que podem ter sido utilizadas em assalto à Protege



Centenas de munições de vários calibres, como de 556, 762 e até de metralhadora .50, semelhantes aos utilizados em Araçatuba

Integrantes do Deic (Departamento Estadual de Investigações Criminais), da Polícia Civil, apreenderam várias armas de grosso calibre em uma ação realizada em São Paulo nesta segunda-feira (23). O arsenal, segundo a polícia, pertence a um dos responsáveis pela invasão a uma empresa de valores no Paraguai, ocorrida em abril deste ano, que também é suspeita de encabeçar o assalto à Protege, em Araçatuba, no último dia 16.

De acordo com a SSP (Secretaria de Segurança Pública), a operação foi realizada na zona noroeste de São Paulo. Dentro de um carro, foram localizadas e apreendidas quatro metralhadoras, nove pistolas, cinco revólveres, um fuzil falso, além de três adaptadores que transformam pistolas em submetralhadoras e centenas de munições de vários calibres, como de 556, 762 e até de metralhadora .50, semelhantes aos utilizados em Araçatuba. A descoberta e a apreensão do material ocorreu após investigações de uma equipe da Delegacia de Investigações sobre Roubo e Latrocínio. Os agentes buscavam uma quadrilha especializada em assaltos e acabaram obtendo informações sobre o fornecimento de armas para

realização de crimes. A ação permitiu identificar o dono do arsenal, que está detido em Santa Catarina, e prender o responsável por manter os equipamentos na Capital.

SUSPEITOS

Pela semelhança com outros ataques, como o do Paraguai, a polícia suspeita que a mesma quadrilha tenha agido em vários crimes a empresas de transporte de valores. Assim, as armas apreendidas em São Paulo podem ter sido utilizadas no crime de Araçatuba também. O assalto à Protege foi o quinto praticado contra empresas de transporte de valores em menos de dois anos. O modo de ação de todos foi semelhante: bandidos armados com arsenal militar e veículos velozes incendiaram caminhões para bloquear ruas e agiram em várias frentes ao mesmo tempo para evitar a reação policial. Em novembro de 2015, uma quadrilha atacou a unidade da Prosegur, em Campinas. O bando bloqueou as ruas, às margens da rodovia Santos Dumont, metralhou a empresa e usou explosivos para detonar o cofre. Em março de 2016, uma quadrilha incendiou veículos e explodiu a sede da Protege, em Campinas.

Em abril de 2016, criminosos explodiram e assaltaram a base da Prosegur em Santos. Houve troca de tiros, perseguição e três pessoas, sendo dois policiais, morreram. Em julho do mesmo ano, 40 homens atacaram a Prosegur, em Ribeirão Preto. Durante a fuga, os bandidos mataram um policial militar rodoviário e um morador de rua.

Em abril deste ano, uma quadrilha também explodiu prédio da Prosegur, em Ciudad del Este, na fronteira do Paraguai o Brasil. O bando teria roubado R\$ 120 milhões. Um policial e três suspeitos foram mortos.

Fonte: Folha da Região

Seminário em Alagoas reforça luta dos bancários em defesa dos bancos públicos



O seminário reforçou a luta em defesa dos bancos públicos

Diversos bancários da Caixa, Banco do Brasil e Banco do Nordeste participaram neste sábado (21) do 1º Seminário Alagoano em Defesa dos Bancos Públicos, que busca elucidar aspectos da política de desmonte das empresas, além de fortalecer a luta da categoria contra as reestruturações e os projetos de privatização do governo.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Roberto von der Osten ressaltou a importância dos bancos públicos tomando por base a política de crédito. Segundo ele, não existe argumento mais forte para defender o BB, Caixa, BNB, BNDES e bancos estaduais do que a diferença na oferta de crédito existente entre eles e os bancos

privados. “Se esses bancos públicos deixarem de existir, os privados, que já financiam muito pouco, não vão cobrir o volume de crédito que é ofertado pelos estatais”, afirmou.

O evento, aberto pelo presidente do Sindicato dos Bancários de Alagoas, Márcio dos Anjos, teve como primeiro painel uma análise de indicadores financeiros, realizada pelo técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Humberto Barbosa, que destacou, entre outros pontos, a grande capacidade de liquidez e de competitividade dos bancos públicos, mostrando com números o bom desempenho do BB, da Caixa e do BNB.

“O argumento de que os bancos públicos não são competitivos e precisam mudar

o tipo de gestão, é uma mentira. E querer impor a eles um perfil de banco privado, é um grande erro”, disse o economista. Para ele, os bancos públicos, com o perfil que têm e o papel social que desempenham, são fundamentais para a economia e a regulação do mercado financeiro.

“São estratégicos. Não podem deixar de existir. Acabar com eles, além de um grande erro, é um risco sistêmico, que pode resultar em colapso financeiro e posterior recessão para o país”, acrescentou.

Campanha nacional

O presidente da Contraf-CUT, fez uma explanação sobre as ações políticas e sindicais que vêm sendo desenvolvidas pelas entidades bancárias e os funcionários dos bancos públicos na defesa das instituições. Segundo ele, o enfrentamento tem sido constante, mas precisa se tornar ainda mais vigoroso.

“Esta não é uma campanha corporativa, somente em defesa do emprego. Os bancos públicos são essenciais para o investimento em políticas sociais nas áreas sociais, como habitação, infraestrutura e agricultura. Nós defendemos o patrimônio público e a soberania nacional”, acrescentou o dirigente sindical, lembrando ainda que os bancos públicos exerceram papel fundamental na contenção da crise econômica mundial de 2008/2009.

“Os bancos públicos reduziram as taxas de juros e ofertaram crédito para evitar que o país entrasse em recessão”.

Também contribuíram para os debates

e exposições no seminário o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, Wagner Nascimento, o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa, Dionísio Reis, e o coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB, Thomaz de Aquino. Eles abordaram aspectos relacionados ao processo de reestruturação em cada banco e as consequências geradas para o funcionalismo, as instituições e o país. Também foi feito um relato sobre a luta que vem sendo travada pelos trabalhadores e suas entidades para barrar a política entreguista do governo.

O presidente do Sindicato, Márcio dos Anjos considerou extremamente positivo o saldo do seminário.

“Esperamos que os participantes tenham saído daqui ainda mais preparados e munidos para a luta em defesa dos bancos públicos. E que eles ajudem na disseminação desse propósito dentro do BB, da Caixa e do BNB. É uma luta que precisa ser intensificada e ganhar muita visibilidade”, afirmou.

O diretor de Formação Sindical do Seec-AL, Thyago Miranda, que trabalhou na organização do Seminário, disse que o debate sobre a defesa dos bancos públicos terá continuidade, tanto nos locais de trabalho quanto em fóruns de discussão como o deste sábado.

“Nossa intenção é promover diversas atividades de formação. Este é o primeiro de vários seminários que iremos realizar. É um compromisso dessa gestão do Sindicato”, enfatizou.

Fonte: Contraf-CUT